

DIREITO À SAÚDE E CUIDADOS PALIATIVOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

JÚLIA BOANOVA BÖHM¹; MICHAEL FONTOURA MENDES²; LETIERI MARTINS SILVEIRA³; ANA CLARA CORREA HENNING⁴

¹*Universidade Federal de Pelotas – juliabbohm@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – micaelfmendes@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – letierisilveira07@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – anaclaracorreahenning@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O direito à saúde é um pilar fundamental consagrado na Constituição Federal de 1988, representando um compromisso do Estado em garantir a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Nesse contexto, a saúde é abordada de maneira ampla, englobando não apenas a ausência de doença, mas também o bem-estar físico, mental e social dos indivíduos. A Constituição estabelece as bases para a construção de um sistema de saúde abrangente e equitativo, visando promover ações de prevenção, tratamento e recuperação, e assegurando o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, em consonância com os princípios da dignidade humana e da igualdade (BRASIL, 1988).

Os cuidados paliativos, estabelecido como um direito universal pela Organização Mundial da Saúde (OMS), emergem como uma abordagem vital no campo da saúde, especialmente no contexto de doenças avançadas e incuráveis. Focando na qualidade de vida e no alívio do sofrimento, os cuidados paliativos proporcionam suporte abrangente, envolvendo aspectos físicos, psicológicos, sociais e espirituais. O objetivo primordial dos cuidados paliativos é promover o conforto e a dignidade do paciente, além de oferecer apoio aos familiares. Essa abordagem busca não apenas gerenciar a dor e os sintomas, mas também permitir que os pacientes enfrentem o processo de final de vida com serenidade e plenitude, respeitando suas escolhas e valores (OMS, 2022). Contudo, observam-se impasses para o devido acesso aos cuidados paliativos, no Brasil, por exemplo, a restrição na infraestrutura dos cuidados paliativos é agravada pela escassez de recursos e deficiente gestão regulatória, culminando na alocação insuficiente de serviços e leitos (DANTAS *et al.*, 2022).

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é conduzir uma revisão integrativa a fim de identificar o que tem sido publicado em relação ao direito por cuidados paliativos. Essa pesquisa em andamento faz parte do projeto "Arte, iniciação à pesquisa e direito social à saúde" vinculado ao grupo "Inventar: arte e construção do conhecimento jurídico" (CNPq) da UFPel, que visa conectar graduação e pós-graduação na disciplina de Introdução ao Direito.

2. METODOLOGIA

O trabalho constitui-se em uma revisão integrativa da literatura, que consiste em um método utilizado em pesquisas na área de saúde que busca sintetizar e analisar sistematicamente os resultados de estudos já existentes sobre um determinado tema. Ela tem como etapas a identificação do tema, busca nas bases de dados, seleção dos estudos, avaliação dos estudos, interpretação dos resultados e apresentação da revisão/síntese do conhecimento (DANTAS *et al.*,

2021). O problema norteador foi: "quais conhecimentos estão sendo produzidos em relação ao direito à saúde por meio dos cuidados paliativos?". Para a busca e construção da amostra, foram utilizadas as bases de dados eletrônicas: Google Scholar, PubMed e Scielo. A chave de busca para cada plataforma foram, respectivamente "Right to Health" AND "Palliative Care" AND ("Brazil"); (Right to Health) AND (Palliative Care); (Right to Health) AND (Palliative Care). A coleta ocorreu em agosto de 2023, tendo como critérios de inclusão os artigos publicados entre 2019 e 2023, para garantir a relevância recente dos dados, não havendo restrição quanto ao idioma da publicação. Excluiu-se da pesquisa os artigos que não retratavam sobre o assunto definido pela questão de pesquisa e que não estavam disponíveis na íntegra. Os resultados foram sintetizados e organizados em uma tabela do Excel contendo o sobrenome do autor, data de publicação, país, metodologia e resultados. Após, os dados foram interpretados levando em consideração o que se mostrou mais recorrente, e apresentados em forma de texto. Foram incluídos estudos com diferentes abordagens metodológicas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, foram identificados 810 artigos, distribuídos entre 442 no Google Scholar, 356 na PubMed e 12 no Scielo. Após a triagem dos títulos, 54 artigos foram selecionados e submetidos à análise dos resumos. Posteriormente, 25 artigos foram escolhidos para uma leitura completa, e, ao final do processo, 12 artigos foram incorporados à revisão.

Tabela 1 – Características dos Artigos Incluídos na Revisão

Sobrenome do(s) autor(es)	País e (ano)	Método
SOUZA et al.	Brasil (2020)	Qualitativo
SILVA et al.	Brasil (2021)	Revisão integrativa
SARLET; MONTEIRO.	Brasil (2021)	Pesquisa bibliográfica
DANTAS, F. et al.	Brasil (2022)	Pesquisa bibliográfica com método dedutivo
LOHMAN et al.	Estados Unidos (2022)	Análise descritiva temporal dos cuidados paliativos
LALANI; CAI.	Estados Unidos (2022)	Qualitativo descritivo
CLELLAND et al.	Reino Unido, (2020)	Quantitativo
SIBOMANA; COLGAN; GUNNCLARK.	África do Sul (2019)	Quali-quantitativa, análise de dados
ALBERTUS.	África do Sul (2020)	Pesquisa qualitativa descritiva
STAJDUHAR. et al.	Canadá (2019)	Pesquisa qualitativa. Método etnográfico
ALSHAMMARY et al.	Arábia Saudita, (2020)	Estudo transversal com aplicação de questionários
OHINATA; AOYAMA; MIYASHITA.	Japão (2022)	Revisão sistemática

A revisão apresentou um panorama abrangente dos desafios enfrentados no direito à saúde no contexto dos cuidados paliativos, abordando diversos países e suas particularidades. A acessibilidade universal aos cuidados paliativos, preconizada pela OMS, enfrenta obstáculos consideráveis em diversos contextos.

No Brasil, a desigualdade regional, falta de recursos e profissionais qualificados são apontados como fatores limitantes para a implementação eficaz desses cuidados, especialmente nas favelas, onde barreiras estruturais e socioeconômicas dificultam o acesso (SILVA et al., 2021). Ainda no cenário brasileiro, de forma geral, a limitação na rede de cuidados paliativos é agravada pela falta de recursos e má administração legal, resultando em distribuição precária de serviços e leitos (DANTAS et al., 2022). No contexto da pandemia de COVID-19, a falta de acesso aos cuidados paliativos exacerbou dilemas éticos no

país, evidenciando desigualdades nos direitos à saúde e destacando a necessidade de resolução das questões de justiça distributiva (SOUZA et al., 2020). Além disso, trouxe a necessidade da garantia de eficácia do direito à saúde, revelando a importância da relação entre a saúde e outros direitos humanos (SARLET; MONTEIRO, 2021).

Uma análise descritiva conduzida nos Estados Unidos destacou avanços na integração dos cuidados paliativos nos sistemas de saúde, acesso a medicamentos controlados e cuidados pediátricos entre 2000 e 2020. Entretanto, problemas persistem, como acesso limitado a medicamentos, falta de reconhecimento, desigualdades de acesso e financiamento insuficiente, apontando para a necessidade de ação governamental diante do envelhecimento global e transição epidemiológica (LOHMAN et al., 2022). Nas comunidades rurais, barreiras como falta de definição clara, escassez de profissionais treinados, educação insuficiente e barreiras financeiras dificultam o acesso aos cuidados paliativos, enquanto facilitadores como conscientização comunitária e papel das enfermeiras se destacam. Essa complexidade reflete a necessidade de maior coordenação entre profissionais de saúde e conscientização sobre os benefícios dos cuidados paliativos (LALANI; CAI, 2022).

No Reino Unido, um estudo quantitativo global revelou que 28% (vinte e oito por cento) dos países têm estratégias nacionais de cuidados paliativos, porém, essa adoção é mais comum em países de renda alta ou média-alta. A falta de políticas e financiamento afeta a expansão desses cuidados, especialmente em países de baixa renda (CLELLAND et al., 2020). Na África do Sul, Quênia e Uganda, a falta de compromisso governamental contribui para o negligenciamento dos direitos à saúde de crianças doentes, especialmente em locais com recursos limitados e compromete o acesso aos cuidados paliativos para indivíduos gravemente doentes, revelando um descaso contínuo com grupos vulneráveis (ALBERTUS, 2020; SIBOMANA et al., 2019). Na Arábia Saudita, a integração dos cuidados paliativos aos cuidados primários demonstrou melhorias na qualidade de vida e satisfação do paciente, especialmente para pacientes com câncer avançado. No entanto, problemas como longas esperas para atendimento e falta de informações adequadas sobre saúde e tratamentos persistem, afetando a experiência do paciente (ALSHAMMARY et al., 2020).

No Canadá, uma pesquisa qualitativa explorou a interseção de vulnerabilidades sociais e problemas de saúde avançados, revelando barreiras complexas no acesso aos cuidados paliativos para populações vulneráveis. Essas barreiras abrangem desde a priorização da sobrevivência imediata em detrimento dos cuidados paliativos até a normalização da morte devido a experiências passadas, dificuldades na identificação de quem precisa de cuidados paliativos e políticas de gestão de riscos que restringem o acesso. Esses obstáculos operam em múltiplos níveis, tornando essencial a adoção de abordagens coordenadas para superar esses desafios (STAJDUHAR et al., 2019).

Uma revisão sistemática identificou 29 fatores que afetam os cuidados paliativos, incluindo aspectos físicos, psicológicos, sociais e espirituais dos pacientes, bem como fatores ambientais. Essa revisão enfatiza a necessidade de abordagens individualizadas e sensíveis para atender às necessidades dos pacientes, destacando desafios como a falta de ferramentas abrangentes de avaliação da complexidade e lacunas na compreensão das interações entre esses fatores (OHINATA; AOYAMA; MITSUNORI, 2022).

4. CONCLUSÕES

A revisão integrativa da literatura sobre direito à saúde e cuidados paliativos ofereceu uma visão abrangente dos desafios enfrentados globalmente. A pesquisa trouxe inovação ao explorar a interconexão entre o direito à saúde e os cuidados paliativos, fornecendo contribuições cruciais para a formulação de políticas inclusivas e o aprimoramento da qualidade dos cuidados paliativos. Em conclusão, a revisão destaca desafios no direito à saúde em cuidados paliativos, como barreiras estruturais, falta de recursos, desigualdades de acesso e ética, enfatizando a necessidade de ações para garantir acesso universal de qualidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTUS, C. The national policy framework and strategy on palliative care 2017-2022: what's in it for terminally ill inmates in South Africa?. **Obiter**, Port Elizabeth, v. 41, n. 4, p. 671-684, 2020.
- ALSHAMMARY, S et al. Integration of Palliative Care Into Primary Health Care: Model of Care Experience. **Cureus**, 12(6): e8866. 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CLELLAND, D. et al. Palliative Care in Public Policy: Results from a Global Survey. **Palliative medicine reports** vol. 1,1 183-190, 2020.
- DANTAS, F. et al. Acesso à rede de cuidados paliativos: Realidade brasileira. **Conjecturas**, 22(1), 1618–1629. 2022.
- DANTAS, H. et al. Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. São Paulo: **Rev Recien**; 12(37):334-345, 2021
- LOHMAN,D. et al. Advancing Global Palliative Care Over Two Decades: Health System Integration, Access to Essential Medicines, and Pediatrics. **Journal of Pain and Symptom Management**, V. 64, Issue 1, 58-69, 2022.
- LALANI, N.; CAI, Y. Palliative care for rural growth and wellbeing: identifying perceived barriers and facilitators in access to palliative care in rural Indiana, USA. **BMC Palliat Care** 21, 25, 2022.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), Tema: **Cuidados Paliativos**, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/palliative-care> Acessado em: 9 ago. 2023.
- SARLET, G; MONTEIRO, F. Cuidados Paliativos em Tempos de Pandemia de Covid-19: Uma Abordagem do Cenário Brasileiro À Luz da Bioética e dos Direitos Humanos e Fundamentais. **Revista Brasileira De Direitos Fundamentais & Justiça**, 14(43), 375–405. 2021.
- SIBOMANA, E; COLGAN, D; GUNNCLARK, N. The right of palliative care for the most vulnerable in Africa is everyone's responsibility. **African Human Rights Law Journal**, 19, 653-674, 2019.
- SILVA, A. et al. Palliative care in favelas in Brazil: An integrative review. **Research, Society and Development**, [S. I.], v. 10, n. 6, p. e55110616183, 2021.
- SOUZA, M. et al. Dilemas éticos no direito de acesso aos cuidados paliativos na pandemia da COVID-19. **Rev. Bioética y Derecho**, n. 55, p. 123-145, 2022.
- STAJDUHAR, K. et al. "Just too busy living in the moment and surviving": barriers to accessing health care for structurally vulnerable populations at end-of-life. **BMC Palliat Care**, 18, 11, 2019.
- OHINATA, H; AOYAMA, M; MIYASHITA, M. Complexity in the context of palliative care: a systematic review. **Ann Palliat Med**, 11(10):3231-3246, 2022.